



BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2016 E 2015

ATIVO	Em Reais	
	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	11.099.466,67	7.002.036,95
Disponibilidades	598.153,28	490.718,82
Relações Interfinanceiras (Nota 5)	3.549.291,19	1.536.126,16
Centralização Financeira - Cooperativas	3.549.291,19	1.536.126,16
Operações de Crédito (Nota 6)	6.729.122,00	4.856.521,16
Operações de Crédito	7.192.145,22	5.276.115,53
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvi)	(463.023,22)	(419.594,37)
Outros Créditos (Nota 7)	216.094,68	118.670,81
Créditos por Avais e Fianças Honrados	-	54.910,34
Rendas a Receber	67.774,56	13.968,15
Diversos	148.320,12	49.792,32
Outros Valores e Bens (Nota 8)	6.805,52	-
Despesas Antecipadas	6.805,52	-
Realizável a Longo Prazo	8.613.572,33	6.708.840,22
Operações de Crédito (Nota 6)	8.598.572,33	6.693.840,22
Operações de Crédito	8.598.572,33	6.693.840,22
Outros Créditos (Nota 7)	15.000,00	15.000,00
Diversos	15.000,00	15.000,00
Permanente	2.118.400,34	1.846.172,02
Investimentos (Nota 9)	1.675.363,00	1.460.815,00
Participações em Cooperativas	1.675.363,00	1.460.815,00
Imobilizado em Uso (Nota 10)	432.703,71	371.023,43
Outras Imobilizações de Uso	865.696,04	706.159,55
(Depreciações Acumuladas)	(432.992,33)	(335.136,12)
Intangível (Nota 11)	10.333,63	14.333,59
Ativos Intangíveis	40.000,00	40.000,00
(Amortização Acumulada)	(29.666,37)	(25.666,41)
TOTAL DO ATIVO	21.831.439,34	15.557.049,19

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	Em Reais	
	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO		
Circulante	8.384.541,18	4.368.773,28
<u>Depósitos (Nota 12)</u>	3.542.258,73	1.808.892,38
Depósitos à Vista	2.214.909,15	1.110.868,30
Depósitos a Prazo	1.327.349,58	698.024,08
<u>Relações Interfinanceiras (Nota 13)</u>	1.014,16	-
Correspondentes	1.014,16	-
<u>Relações Interdependências (Nota 14)</u>	30.915,28	389.510,38
Recursos em Trânsito de Terceiros	30.915,28	389.510,38
<u>Obrigações Por Empréstimos (Nota 15)</u>	3.740.889,86	1.792.005,87
Empréstimos no País - Outras Instituições	3.740.889,86	1.792.005,87
<u>Outras Obrigações (Nota 16)</u>	1.069.463,15	378.364,65
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	608,11	1.670,08
Sociais e Estatutárias	111.566,74	94.928,42
Fiscais e Previdenciárias	61.507,28	33.715,85
Diversas	895.781,02	248.050,30
Exigível a Longo Prazo	1.157.872,65	1.463.628,82
<u>Obrigações Por Empréstimos (Nota 15)</u>	1.138.658,32	1.382.776,31
Empréstimos no País - Outras Instituições	1.138.658,32	1.382.776,31
<u>Outras Obrigações (Nota 16)</u>	19.214,33	80.852,51
Diversas	19.214,33	80.852,51
Patrimônio Líquido (Nota 18)	12.289.025,51	9.724.647,09
<u>Capital Social</u>	11.236.760,63	8.817.711,35
De Domiciliados no País	11.255.831,35	8.819.198,35
(Capital a Realizar)	(19.070,72)	(1.487,00)
<u>Reserva de Lucros</u>	586.673,60	444.661,64
<u>Sobras Acumuladas</u>	465.591,28	462.274,10
TOTAL	21.831.439,34	15.557.049,19

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Descrição	Em Reais		
	Segundo Semestre/2016	31/12/2016	31/12/2015
RECITAS(INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.962.698,26	5.240.563,61	3.948.749,93
Operações de Crédito	2.962.698,26	5.240.563,61	3.948.749,93
DESPESAS(DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(592.293,32)	(1.260.257,29)	(827.080,15)
Operações de Captação no Mercado	(60.716,97)	(113.773,44)	(86.591,64)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(373.670,36)	(743.799,20)	(592.449,49)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(157.905,99)	(402.684,65)	(148.039,02)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.370.404,94	3.980.306,32	3.121.669,78
OUTRAS RECITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS	(1.376.717,27)	(2.585.540,05)	(2.127.833,95)
Receitas(Ingressos) de Prestação de Serviços	209.966,20	310.322,56	25.221,33
Rendas(Ingressos) de Tarifas Bancárias	130.112,60	247.162,99	107.878,43
Despesas(Dispêndios) de Pessoal	(770.800,68)	(1.407.930,45)	(1.019.763,54)
Outras Despesas(Dispêndios) Administrativas	(1.024.085,92)	(2.040.623,35)	(1.616.756,50)
Despesas(Dispêndios) Tributárias	(35.209,77)	(61.071,17)	(39.891,57)
Outras Receitas(Ingressos) Operacionais	28.624,96	209.760,63	300.075,16
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	119.204,81	244.600,05	174.542,59
Outras Despesas(Dispêndios) Operacionais	(34.529,47)	(87.761,31)	(59.139,85)
RESULTADO OPERACIONAL	993.687,67	1.394.766,27	993.835,83
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	993.687,67	1.394.766,27	993.835,83
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(11.608,92)	(21.990,96)	-
Provisão para Imposto de Renda	(5.441,68)	(10.308,26)	-
Provisão para Contribuição Social	(6.167,24)	(11.682,70)	-
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	-	(250.700,71)	(272.726,15)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	(71.629,20)	(94.928,42)
Fundo de Saúde	-	(35.813,11)	(35.559,55)
Reserva Legal	-	(143.258,40)	(142.238,18)
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA)	982.078,75	1.122.074,60	721.109,68
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(410.218,61)	(656.483,32)	(258.835,58)
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO	571.860,14	465.591,28	462.274,10

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015							Em Reais
Eventos	Capital		Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Estatutárias	Expansão		
Saldo em 31/12/2014	7.689.930,21	(1.419,00)	265.363,91	40.372,69	-	207.550,03	8.201.797,84
Destinação de Sobras Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas					207.550,03	(207.550,03)	-
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	1.612.011,73	(68,00)					1.611.943,73
Por Devolução (-)	(741.675,21)						(741.675,21)
Estorno de Capital	(504,21)						(504,21)
Reversões de Reservas				(38.872,69)	(207.550,03)	-	(246.422,72)
Sobras ou Perdas Líquidas						993.835,83	993.835,83
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital						(258.835,58)	(258.835,58)
Subscrição do Juros ao Capital	259.435,83						259.435,83
IRRF sobre Juros ao Capital							-
FATES - Atos Não Cooperativos						(23.809,33)	(23.809,33)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
. Fundo de Saúde				35.559,55		(35.559,55)	-
. Fundo de Reserva			142.238,18			(142.238,18)	-
. F A T E S						(71.119,09)	(71.119,09)
Saldos em 31/12/2015	8.819.198,35	(1.487,00)	407.602,09	37.059,55	-	462.274,10	9.724.647,09
Destinação de Sobras Exercício Anterior:							
Ao Capital	462.141,35					(462.141,35)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados						(132,75)	(132,75)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	2.038.031,96	(17.583,72)					2.020.448,24
Por Devolução (-)	(718.735,74)						(718.735,74)
Estorno de Capital							-
Reversões de Reservas				(37.059,55)		-	(37.059,55)
Sobras ou Perdas Líquidas						1.372.775,31	1.372.775,31
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital						(656.483,32)	(656.483,32)
Subscrição do Juros ao Capital	656.078,60						656.078,60
IRRF sobre Juros ao Capital	(883,17)						(883,17)
FATES - Atos Não Cooperativos							-
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
. Fundo de Saúde				35.813,11		(35.813,11)	-
. Fundo de Reserva			143.258,40			(143.258,40)	-
. F A T E S						(71.629,20)	(71.629,20)
Saldos em 31/12/2016	11.255.831,35	(19.070,72)	550.860,49	35.813,11	-	465.591,28	12.289.025,51
Saldos em 30/06/2016	9.869.493,56	(1.719,58)	407.602,09	12.274,60	-	144.431,85	10.432.082,52
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	1.104.505,06	(17.351,14)					1.087.153,92
Por Devolução (-)	(373.362,70)						(373.362,70)
Reversões de Reservas				(12.274,60)		-	(12.274,60)
Sobras ou Perdas Líquidas						982.078,75	982.078,75
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital						(410.218,61)	(410.218,61)
Subscrição do Juros ao Capital	656.078,60						656.078,60
IRRF sobre Juros ao Capital	(883,17)						(883,17)
FATES - Atos Não Cooperativos							-
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
. Fundo de Saúde				35.813,11		(35.813,11)	-
. Fundo de Reserva			143.258,40			(143.258,40)	-
. F A T E S						(71.629,20)	(71.629,20)
Saldos em 31/12/2016	11.255.831,35	(19.070,72)	550.860,49	35.813,11	-	465.591,28	12.289.025,51

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

DESCRIÇÃO	Em Reais		
	Segundo Semestre/2016	31/12/2016	31/12/2015
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício	993.687,67	1.394.766,27	993.835,83
IRPJ / CSLL	(11.608,92)	(21.990,96)	-
Provisão para Operações de Crédito	(64.849,86)	43.428,85	(378.845,93)
Provisão de Juros ao Capital	(410.218,61)	(656.483,32)	(258.835,58)
Depreciações e Amortizações	54.892,99	101.856,17	74.010,41
	561.903,27	861.577,01	430.164,73
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito	(1.893.062,68)	(3.820.761,80)	(2.131.173,19)
Outros Créditos	(103.734,60)	(97.423,87)	31.297,89
Outros Valores e Bens	(909,15)	(6.805,52)	-
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	1.274.290,57	1.104.040,85	152.828,83
Depósitos a Prazo	456.620,58	629.325,50	122.568,10
Outras Obrigações	74.794,05	629.460,32	(119.297,32)
Relações Interdependências	1.534,85	(358.595,10)	30.549,22
Relações Interfinanceiras	(3.067,56)	1.014,16	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(191.277,07)	1.704.766,00	(76.535,25)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	177.092,26	646.597,55	(1.559.596,99)
Atividades de Investimentos			
Inversões em Imobilizado de Uso	(109.286,51)	(163.295,57)	(188.059,97)
Inversões em Investimentos	(107.274,00)	(214.548,00)	(292.648,00)
Outros Ajustes	3.759,08	3.759,08	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(212.801,43)	(374.084,49)	(480.707,97)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.087.153,92	2.020.448,24	1.611.943,73
Devolução de Capital à Cooperados	(373.362,70)	(718.735,74)	(741.675,21)
Estorno de Capital	-	-	(504,21)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(132,75)	-
Reversão de Reservas	(12.274,60)	(37.059,55)	(246.422,72)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-	(23.809,33)
FATES Sobras Exercício	(71.629,20)	(71.629,20)	(71.119,09)
Subscrição do Juros ao Capital	656.078,60	656.078,60	259.435,83
IRRF sobre Juros ao Capital	(883,17)	(883,17)	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	1.285.082,85	1.848.086,43	787.849,00
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	1.249.373,68	2.120.599,49	(1.252.455,96)
No Início do Período	2.898.070,79	2.026.844,98	3.279.300,94
No Fim do Período	4.147.444,47	4.147.444,47	2.026.844,98
Variação Líquida das Disponibilidades	1.249.373,68	2.120.599,49	(1.252.455,96)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 2016 E 2015

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO ACRE - SICOOB ACRE**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 08/04/1999, filiada à **CCC DO NORTE DO BRASIL – SICOOB NORTE** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB ACRE** possui 3 (três) Pontos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **RIO BRANCO/ AC; CRUZEIRO DO SUL/AC e BRASILÉIA – AC.**

O **SICOOB ACRE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela Administração em reunião realizada no dia 02 de fevereiro de 2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/11, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

d) Provisão para operações de crédito



É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 estabeleceu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H o risco máximo.

e) Investimentos

São representados substancialmente por quotas do **SICOOB NORTE** e são avaliados pelo método de custo de aquisição.

f) Imobilizado

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios entre outros equipamentos, as instalações, as edificações, os veículos, as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e os softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

g) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

h) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

i) Valor recuperável de ativos – "impairment"

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2016** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, que são os líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.



o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

p) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	598.153,28	490.718,82
Relações interfinanceiras - centralização financeira	3.549.291,19	1.536.126,16
TOTAL	4.147.444,47	2.026.844,98

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	3.549.291,19	1.536.126,16
TOTAL	3.549.291,19	1.536.126,16

(a) referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB NORTE** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	19.725,05	-	19.725,05	7.797,76
Empréstimos	7.172.420,17	8.598.572,33	15.770.992,50	11.962.157,99
(-) Prov. para Operações de Crédito	-463.023,22	-	-463.023,22	-419.594,37
TOTAL	6.729.122,00	8.598.572,33	15.327.694,33	11.550.361,38

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
AA - Normal	233.616,38	0,00	233.616,38		199.095,81	
A 0,5% Normal	8.198.303,33	10.595,33	8.208.898,66	41.044,49	7.101.315,43	35.506,57
B 1% Normal	3.537.231,97	101.464,52	3.638.696,49	36.386,96	2.865.803,48	28.658,03
B 1% Vencidas	172.678,57	0,00	172.678,57	1.726,79	252.167,36	2.521,67
C 3% Normal	2.287.094,69	65.253,58	2.352.348,27	70.570,74	761.810,00	22.854,60
C 3% Vencidas	151.193,06	218,97	151.412,03	4.542,36	136.739,69	4.102,19
D 10% Normal	639.890,61	25.728,74	665.619,35	66.561,94	72.969,87	7.296,98
D 10% Vencidas	62.156,12	1.068,54	63.224,66	6.322,47	87.965,81	8.796,58
E 30% Normal	568,24	676,28	1.244,52	373,36	53.601,73	16.080,51
E 30% Vencidas	41.619,64	0,00	41.619,64	12.485,89	59.015,06	17.704,51
F 50% Normal	42.265,32	19,94	42.285,26	21.142,63	68.122,62	34.061,31
F 50% Vencidas	26.845,65	0,00	26.845,65	13.422,83	123.726,93	61.863,46
G 70% Normal	0,00	700,00	700,00	490,00	2.707,42	1.895,19
G 70% Vencidas	11.443,25	474,45	11.917,70	8.342,39	22.205,89	15.544,12
H 100% Normal	5.806,31	5.897,27	11.703,58	11.703,58	3.315,14	3.315,14
H 100% Vencidas	166.498,22	1.408,57	167.906,79	167.906,79	159.393,51	159.393,51
Total Normal	14.944.776,85	210.335,66	15.155.112,51	248.273,70	11.128.741,50	149.668,33
Total Vencidos	632.434,51	3.170,53	635.605,04	214.749,52	841.214,25	269.926,04
Total Geral	15.577.211,36	213.506,19	15.790.717,55	463.023,22	11.969.955,75	419.594,37
Provisões	448.970,90	14.052,32	463.023,22		(419.594,37)	
Total Líquido	15.128.240,46	199.453,87	15.327.694,33		11.550.361,38	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	2.276.586,08	4.702.052,95	8.598.572,33	15.577.211,36
TOTAL	2.276.586,08	4.702.052,95	8.598.572,33	15.577.211,36

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial, Conta Garantida e Outros Créditos.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	40.673,39	793.659,13	834.332,52	5,28%
Pessoa Física	172.832,80	14.772.859,85	14.945.692,65	94,65%
Outros	0,00	10.692,38	10.692,38	0,07%
TOTAL	213.506,19	15.577.211,36	15.790.717,55	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	419.594,37	798.440,30
Constituições/Reversões	402.710,05	58.857,35
Transferência para prejuízo	(359.281,20)	(437.703,28)
TOTAL	463.023,22	419.594,37

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	128.510,95	0,81%	101.118,77	0,84%
10 Maiores Devedores	854.703,15	5,41%	686.952,68	5,74%
50 Maiores Devedores	37.617,63	0,24%	32.127,66,93	0,27%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	566.688,45	367.172,84
Valor das operações transferidas no período	359.281,20	437.703,28
Valor das operações recuperadas no período	(132.967,26)	(238.187,67)

TOTAL	793.002,39	566.688,45
--------------	-------------------	-------------------

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Avais e Finanças honrados	0,00	54.910,34
Rendas A Receber (b)	67.774,56	13.968,15
Diversos (c)	163.320,12	64.792,32
TOTAL	231.094,68	133.670,81

- b) Em **rendas a receber** estão registrados os valores a receber de convênios firmados com órgãos federais, estaduais e municipais, bem como de rendas de cartões e remuneração da centralização financeira;
- c) Em **diversos** estão registrados: Adiantamentos de férias; Adiantamentos por conta de imobilizações; Devedores por depósitos em garantia; Títulos e créditos a receber; Valores a receber de tarifas; Pendências a regularizar do Bancoob, de curto prazo e Avais e Fianças Honrados.

8. Outros valores e bens

Neste grupo de contas, estão registradas as despesas antecipadas com prêmios de seguros, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas Antecipadas (a)	6.805,52	0,00
TOTAL	6.805,52	0,00

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB NORTE**.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Participações em cooperativa central de crédito	1.675.363,00	1.460.815,00
TOTAL	1.675.363,00	1.460.815,00

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	45.166,41	0,00	-
Instalações	31.327,32	31.327,32	10
Móveis e equipamentos de Uso	211.023,93	198.451,93	10
Sistema de Comunicação	12.851,58	12.851,58	10
Sistema de Processamento de Dados	380.739,80	278.941,72	20
Sistema de Segurança	24.587,00	24.587,00	10
Sistema de Transporte	160.000,00	160.000,00	10
(-) Total Depreciação Acumulada	(432.992,33)	(335.136,12)	
TOTAL	432.703,71	371.023,43	

(a) as imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros Ativos Intangíveis	40.000,00	40.000,00
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(29.666,37)	(25.666,41)
TOTAL	10.333,63	14.333,59



O valor registrado na rubrica "Intangível" refere-se a licença de uso do Sistema de Informática do Sicoob -SISBR, adquirida em 22 de julho de 2009, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda – Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas Filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR.

12. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	2.214.909,15	1.110.868,30
Depósito a Prazo	1.327.349,58	698.024,08
TOTAL	3.542.258,73	1.808.892,38

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Depositante	250.000,00	7,07%	152.555,96	20,61%
10 Maiores Depositantes	1.329.952,44	37,62%	590.592,18	79,80%
50 Maiores Depositantes	2.264.667,66	64,06%	739.080,94	99,86%

13. Relações interfinanceiras

Demonstrado pelo valor principal, recursos captados junto a instituição financeira para repasses.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Correspondentes	1.014,16	-
Total	1.014,16	-

14. Relações interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Outros Recebimentos em Trânsito de Terceiros	30.915,28	389.510,38
Total	30.915,28	389.510,38

15. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2016	31/12/2015
COOPERATIVA CENTRAL	Diversas	Diversos	4.879.548,18	2.728.389,77
BANCOOB	0,39	2016	0,00	446.392,41
TOTAL			4.879.548,18	3.174.782,18

16. Outras Obrigações

16.1 Sociais e Estatutárias



Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Cobranças e Arrecadação de Tributos (a)	608,11	1.670,08
Resultado de atos com associados (b)	71.629,20	71.119,09
Resultado de atos com não associados	0,00	23.809,33
Gratificações e participações a pagar (c)	20.000,00	0,00
Cotas de capital a pagar (d)	19.937,54	0,00
TOTAL	112.174,85	96.598,50

(a) refere-se a cobranças e Arrecadações de Tributos;

(b) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(c) refere-se à participação a serem pagas aos empregados;

(d) refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

16.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e contribuições a recolher	61.507,28	33.715,85
TOTAL	61.507,28	33.715,85

16.3 Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações por prestação de serviços de pagamento (a)	185,19	840,14
Provisão para pagamentos a efetuar (b)	195.735,35	164.190,98
Provisão para passivos contingentes (c)	27.027,84	84.608,30
Credores Diversos – País (d)	692.046,97	79.263,39
TOTAL	914.995,35	328.902,81

(a) refere-se a saldo de conta salário apagar;

(b) refere-se a provisão para pagamento a efetuar com despesas de pessoal;

(c) provisão para passivos contingentes;

(d) neste grupo de contas estão registrados os pagamentos a processar, pendências a regularizar a curto prazo e a provisão das despesas da central.

17. Instrumentos financeiros

O SICOOB ACRE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

18 . Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	11.236.760,63	8.817.711,35

b) Reserva Legal



Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas:

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

As sobras líquidas do exercício findo em 31/12/2016, no valor de R\$ 465.591,28 (Quatrocentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos) serão destinados ao capital social dos cooperados, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a ser realizada no 11 de março de 2017.

19. Provisão de Juros ao Capital (quando aplicável)

A Cooperativa provisionou e pagou juros ao capital próprio, remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme circular BACEN nº 2.739/1997.

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2016:

Montante das Operações Ativas	% em Relação à Carteira Total
319.998,65	1,58%
Montante das Operações Passivas (REM 045)	
71.114,57	1,34%

Operações ativas e passivas – saldo em 2016:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial/Conta Garantida	978,00	29,34	0,01
Empréstimo	247.838,01	1.833,63	1,57

Aplicações Financeiras	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
2.934,43	0,22	-

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Cheque Especial	8,50	8,50
Empréstimos	2,86	2,86
Aplicação Financeira	100,00 do CDI	100,00 do CDI



Coobrigações prestadas a partes relacionadas no exercício:

Natureza	Valor utilizado de coobrigação	PCLD dos valores utilizado de coobrigações	% em relação as coobrigações
Pessoa Física	52.473,17	169,19	4,8

No exercício de **2016** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2016 (R\$)	
Honorários	259.063,53
Cédulas de Presença	34.800,00
Plano de Saúde	58.772,71

20. Cooperativa Central - SICOOB NORTE

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES PUBLICOS NO ESTADO DO ACRE - SICOOB ACRE - SICOOB ACRE**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL - SICOOB NORTE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB NORTE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB NORTE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB ACRE** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB NORTE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do **SICOOB NORTE**, em 30/06/2016, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 11/08/2016, com opinião sem modificação. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016 são auditadas por outros auditores independentes, cujo trabalho está em andamento.

21. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em **31 de dezembro de 2016**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 1.093.205,44 (hum milhão, noventa e três mil duzentos e cinco reais e quarenta e quatro centavos), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

22. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

23. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 3444, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2016.

24. Gerenciamento de Risco

24.1. Gerenciamento de Risco e de Capital



Risco operacional

- a) As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.
- b) O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- c) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- d) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- e) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad4) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- f) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

Risco de mercado

- a) O gerenciamento do risco de mercado do **SICOOB ACRE** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/2007.
- b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o **SICOOB ACRE** aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o **SICOOB ACRE** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

Risco de crédito

- a) O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB ACRE** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- b) Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o **SICOOB ACRE** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB ACRE** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

Gerenciamento de capital

- a) A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB ACRE** objetiva garantir a aderência as normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.
- b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o **SICOOB ACRE** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- I. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;



- II. Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.
 - III. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Rio Branco-AC, 03 de fevereiro de 2016

José Generoso Dos Santos
Diretor Presidente

Webiston de Sousa Macedo
Diretor Adm/Financeiro

16

Anaide Nascimento de Lima
Diretora Operacional

José Carlos Correa da Cunha
Contador